
A necroinfância como um fenômeno comunicacional e interseccional: a cobertura dos casos “Meninos de Belford Roxo” e “Henry Borel” no Programa Fantástico¹

Pâmela Guimarães-Silva²
Universidade Federal de Minas Gerais

RESUMO

Este artigo examina a necroinfância como um fenômeno de dimensões comunicacionais interseccionais. Para tanto, realiza-se uma análise qualitativa da cobertura do programa *Fantástico* (dez/2020–dez/2021) do acontecimento que ficou conhecido como "Os Meninos de Belford Roxo" e, para fins de comparação, o “Caso Henry”. A investigação revelou que decisões editoriais — seleção de casos, títulos, enquadramentos, tempo de tela, formato e duração de entrevistas e hierarquização de vozes — articulam opressões de raça, classe, gênero e território. Essa convergência de racismo midiático, sexismo e classismo revitimiza crianças negras, silencia e criminaliza suas mães e reforça desigualdades simbólicas. Conclui-se que narrativas inclusivas e interseccionais são essenciais à proteção integral das infâncias.

PALAVRAS-CHAVE: necroinfância; interseccionalidade; racismo midiática

Introdução

Este artigo, parte de uma pesquisa mais ampla desenvolvida durante a residência pós-doutoral da autora no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da UFMG (2023–2025). Ele investiga a necroinfância como um fenômeno de dimensões comunicacionais interseccionais, a partir da cobertura do programa *Fantástico* entre dezembro de 2020 e dezembro de 2021 do acontecimento que ficou conhecido como "Os Meninos de Belford Roxo" e, para fins de comparação, o “Caso Henry”. Partindo da concepção da criança como sujeito de direito e do conceito de necroinfância (Nogueira, 2021), pergunta-se como decisões editoriais — seleção de casos, títulos, enquadramentos, tempo de tela, formato e duração de entrevistas e hierarquização de vozes — contribuem para vulnerabilizar essas crianças e suas famílias.

Metodologia e fundamentação teórica

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação Antirracista e Pensamento Afrodiaspórico, do 25º Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professora no Departamento de Comunicação Social da UFMG (DCS/UFMG) e docente permanente no Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da UFMG (PPGCOM/UFMG). E-mail: pamelaguimaraes14@gmail.com.

Adotou-se abordagem qualitativa, baseada em análise de conteúdo de todos os episódios do *Fantástico* disponíveis no aplicativo Globoplay no período pesquisado. O *corpus* principal inclui a cobertura do desaparecimento dos “Meninos de Belford Roxo” (27/12/2020) e, para comparação, o “Caso Henry” (07/03/2021). Foram transcritos e categorizados trechos relevantes, anotando estratégias de enquadramento, duração de reportagens, títulos utilizados e discursos mobilizados.

Ancoramo-nos no conceito de necroinfância (Nogueira, 2021), que denuncia a “matabilidade” de crianças negras no Brasil, e no arcabouço da interseccionalidade (Crenshaw, 1989; Akotirene, 2019), entendida como lente analítica que revela cruzamentos simultâneos de opressões e na perspectiva de racismo midiático (Sodré, 1999). Essa articulação teórica nos permite compreender como racismo, sexismo, classismo e outras violências simbólicas e factuais não atuam de forma isolada, mas se articulam na produção de sentido midiático sobre crianças negras vítima de violência e suas famílias.

Análise e principais resultados

Ao analisarmos a cobertura do *Fantástico*, observamos três eixos interdependentes:

- Distribuição desigual de tempo de exibição: os relatos sobre crianças negras e pobres concentram-se em apenas dois momentos (totalizando 9m43s, em 12 meses), ao passo que o episódio da criança branca de classe média contou com reportagens mais longas e entrevistas estendidas (totalizando 67 minutos, em 8 meses);
- Estratégias de enquadramento: os casos envolvendo os Meninos de Belford Roxo, são narrados prioritariamente como “desaparecimentos misteriosos” e sem apelo mobilizador, enquanto o Caso Henry ganha caráter de “tragédia doméstica” com foco no drama familiar. Além disso, a manutenção da expressão que virou alcunha do caso (“Os meninos de Belford Roxo”) parece informar, mas na verdade estigmatiza ao condensar localização periférica, território, cor da pele, gênero e faixa etária.
- Hierarquização de vozes e silenciamentos: especialistas e autoridades ligadas à segurança pública são reiteradamente chamados a comentar casos de vítimas

negras, aventando a (histórica) desconfiança das crianças estarem envolvidas em atividades ilícitas; enquanto no Caso Henry, as falas dos familiares, inclusive dos suspeitos, têm espaço privilegiado com forte apelo emocional.

Contribuições da pesquisa

Este resumo, e a pesquisa pós-doutoral, complexifica o debate sobre o racismo midiático, mostrando como a interseccionalidade serve tanto de ferramenta analítica quanto de compromisso normativo para produzir narrativas mais justas. Destaca-se a necessidade de revisitar escolhas de pauta, reformular enquadramentos e ampliar o protagonismo de vozes subalternas, sobretudo de mães negras.

Reconhecer a necroinfância como fenômeno comunicacional interseccional é essencial para avançar na proteção integral das infâncias. Somente ao adotar narrativas inclusivas, que assumam as múltiplas dimensões de opressão, será possível cumprir os princípios de prioridade absoluta do Estatuto da Criança e do Adolescente e efetivar justiça simbólica para todas as crianças, sem exceções.

Referências

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Polém, 2019.

ARAÚJO, Verônica Souza de; SOUZA, Edinilsa Ramos de; SILVA, Vera Lúcia Marques da. “Eles vão direto atrás dos nossos filhos”: adoecimentos e resistência de mães de vítimas da brutalidade policial no Rio de Janeiro, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 4, p. 1427-1436, abr. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232022274.0691202>. Acesso em: 18 jun. 2025.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987

CAVALCANTI, Jeniffer dos Santos. **Colonialidade, história única e desumanização no jornalismo hegemônico: o caso dos meninos de Belford Roxo**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação – Jornalismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/19611>. Acesso em: 19 jun. 2025.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **University of Chicago Legal Forum**, v. 1989, n. 1, p. 139–167, 1989. Disponível em: <http://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8>. Acesso em: 22 jun. 2025.

RIZZINI, Irene. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. Rio de Janeiro: EDUSU/AMAI, 1997.

SENADO, Agência. Crianças iam para a cadeia no Brasil até a década de 1920. **Senado Notícias**, Brasília, 7 jul. 2015. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/07/07/criancas-iam-para-a-cadeia-no-brasil-ate-a-decada-de-1920>. Acesso em: 18 jun. 2025.

SOUZA, Tainara. **Representações sociais sobre os adolescentes em situação de ato infracional: a visão dos profissionais da rede de atendimento à infância e adolescência de Santo Antônio de Jesus/BA**. 2015. Dissertação (Pós-Graduação em Ciências Sociais), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Bahia, 2015. Disponível em: https://www.oasisbr.ibict.br/vufind/Record/BRCRIS_cce485aa97757f555fe8b9b85202463d. Acesso em: 28 de abril de 2022.

MORAES, Fabiana. **A pauta é uma arma de combate: subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza**. Porto Alegre: Arquipélago, 2022. 368 p.

NOGUERA, Renato. Necroinfância: por que as crianças negras são assassinadas?. **Portal Lunetas**. Disponível em: <https://lunetas.com.br/necroinfancia-criancas-negras-assassinadas/>. Acesso em: 19 jun. 2021.